



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI

REQUERIMENTO N. DE 2016

(Da Sra. Tereza Cristina)

Requer seja intimado para comparecer à CPI o Sr. Aristides Veras dos Santos, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) c/c § 3º, do art. 58 da Constituição Federal (CF) e art. 2º, Lei 1579/52, seja intimado o Sr. Aristides Veras dos Santos, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), para prestar esclarecimentos perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Em cerimônia no Palácio do Planalto, ocorrida no dia 01 de abril de 2016, o Sr. Aristides dos Santos, incitou a violência e o cometimento de crimes, incorrendo, em tese, nos ditames do art. 286 do Código Penal. Em suas próprias palavras, afirmou o Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG):

Portanto, a reforma agrária está viva e a bancada da bala no Congresso Nacional vocês sabem que é forte. E a forma de enfrentar a bancada da bala contra o golpe é ocupar as propriedades deles ainda lá nas bases, lá no campo (aplausos). É a Contag, é os movimentos sociais no campo que vão fazer isso. E ontem dizíamos na passeata: “vamos ocupar os gabinetes, mas também a fazenda deles”. Porque se eles são capaz de incomodar o Ministro do Supremo do Tribunal Federal, nós vamos incomodar também as casas, as fazendas e as propriedades deles (aplausos).

Diante dessas declarações, de incitação à violência e ao cometimento de crimes, essa Comissão Parlamentar de Inquérito possui o dever, regimental e moral, de intimá-lo para prestar esclarecimentos.

Diante do exposto, convocamos os pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala da comissão, em de abril de 2016.

Deputada Tereza Cristina - PSB/MS